



Psicologia USP

ISSN: 0103-6564

revpsico@usp.br

Instituto de Psicologia

Brasil

Menezes Coelho, Daniel
ISENÇÃO DA CIÊNCIA, NEUTRALIDADE DA ANÁLISE
Psicologia USP, vol. 23, núm. 3, julio-septiembre, 2012, pp. 455-465
Instituto de Psicologia
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305126302002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ISENÇÃO DA CIÊNCIA, NEUTRALIDADE DA ANÁLISE

Daniel Menezes Coelho

Resumo: O artigo discute as relações entre a psicanálise e a ciência, especialmente no que tange aos seus métodos de investigação e trabalho. Para isso, tomamos como objeto a noção de neutralidade, tal como podemos apreendê-la na clínica da psicanálise, para confrontá-la com o que chamamos de isenção no campo da ciência, que não quer dizer outra coisa que a neutralidade proposta lá. Veremos que, apesar da clara filiação da noção psicanalítica para com a noção vinda da ciência, a neutralidade clínica da psicanálise toma outro rumo, que se pode mesmo opor ao sentido do termo na ciência. Enquanto em ciência o termo quer significar um processo de purificação e de seleção, em psicanálise ele surge como a exigência de nada selecionar.

Palavras-chave: Psicanálise. Ciência. Neutralidade. Método.

Trata-se, neste trabalho, de discernir entre a postura clínica analítica e o método experimental científico. Mais exatamente, entre o que queremos chamar *isenção* em ciência – preocupação metodológica em isolar cientista e experimento, em fazer com que o primeiro (e suas vontades, credos, desejos etc.) não interfira na produção de dados do segundo – e o que queremos chamar *neutralidade* em psicanálise – postura clínica exigida por Freud com suas regras de ouro, que impõem, a analista e a analisando, a atenção ao inconsciente. É frequente que se confundam

as duas, que se tome a neutralidade como isenção, e que se exija ou se intente a transformação do *setting* da clínica da psicanálise no ambiente purificado do laboratório científico.

A exigência da isenção científica é um traço marcante do positivismo. Tomaremos, portanto, o raciocínio de Karl Popper, em que encontramos a última grande versão dessa exigência. Popper propõe delimitar o campo científico através da ideia de falsificabilidade, de onde extrairemos a exigência de isenção.

Isenção

Popper parte da crítica ao método indutivo. Esse é um método segundo o qual construímos enunciados universais a partir de enunciados singulares. Seria, portanto, com a observação de inumeráveis casos particulares que poderíamos, procedendo por generalizações mais ou menos bem acertadas (por exemplo, probabilísticas), construir um enunciado geral que pode prever o caso a caso.

A pergunta que Popper (1934/1975) faz é: o que justifica passar dos enunciados particulares aos enunciados universais? Sempre que fazemos indução, introduzimos uma referência a "todos os casos" que não consta da experiência, e deixa o raciocínio indutivo inconsistente demais. O que temos na experiência não é o *todos os casos*, mas o *caso a caso*. Para dar conta disso, a probabilidade deixa de fazer referência ao "todos os casos", mas espera que, de todos os casos, certa porcentagem se comporte como prevista. Ou seja, a referência ao *todos os casos* continua lá.

Questão mais séria, aponta Popper, é a da própria lógica. Afinal, de onde se tira a certeza de que o princípio de indução é válido? Ou bem ele é tomado como princípio universal do conhecimento (Aristóteles e sua física), e daí o caminho se inverte – deduzimos a indução – ou bem nos apoiamos na experiência acumulada de que a observação de diversos casos é propícia para a construção de conhecimentos válidos para todos os casos, o que faz uma tautologia bastante difícil de sustentar. Popper aponta que Kant, pra resolver isso, introduz os conhecimentos *a priori*, tais como as noções de tempo, espaço e causa universal. Generalização das generalizações, indução das induções, sem que se possa ter a menor pista do que separa a atividade científica de qualquer outro modo de produzir conhecimento.

Segundo Popper, tais problemas são insuperáveis. O princípio de indução deveria, portanto, ser abandonado tanto como índice de verdade (ou probabilidade) quanto como princípio de demarcação científica.

O problema do critério de verdade é, em si, insuperável. Desde que se coloque que a ciência é uma atividade sempre em aberto e sempre em

xeque (o que Popper enxerga como essencial), fica impossível vislumbrar qualquer possibilidade de encaminhamento da questão da verdade dentro da ciência. Popper o reconhece de pronto, e coloca tal questão de lado. Sua preocupação passa a ser, portanto, não mais a de saber se tal ou qual teoria é verdadeira, nem até que ponto é verdadeira. A verdade nada tem a ver com a questão. Para Popper, o que se faz necessário é um critério de demarcação, de dizer o que entra e o que não entra no campo científico, de dizer o que pode e o que não pode carregar o *status* de ciência. O que temos aqui é um problema de legislação. O princípio de indução, a definição da ciência a partir da indução, não a separa de nenhuma metafísica, e mais, não a separa de nenhum senso comum. Não se quer cair nem para um lado, nem para o outro.

Mas então, a partir de onde fazer a demarcação? Nada resta a Popper senão o acordo com os colegas. Não há outro lugar de onde se tirar um critério de demarcação que não a própria “convenção coletiva” (Popper, 1934/1975, p.272). O acordo consiste em: entram apenas as proposições que possam ser refutadas. As razões pelas quais eu fiz a proposição pouco importam, as inspirações que me levaram a ela pouco importam. O que importa é que se diga algo que possa ser, pela via do experimento, testado. Note-se, eis aí a exclusão de qualquer índice de verdade, em detrimento da própria metodologia que garanta que a questão sobre a verdade esteja sempre em aberto.

A prova experimental de Popper não é a repetição de um determinado procedimento que já se sabe onde vai dar (isso é próprio da indução, produzindo sempre a verificação da teoria, mais um em *todos os casos*), mas sim o fato de que jamais um experimento conseguiu derrubar a teoria. O experimento é, aqui, não teoria verificada, mas sim teoria *testada*, e nas piores condições. Esse tipo de testagem experimental deve ser aproximado menos dos testes escolares que se corrigem com pautas do que testes de automóveis que, pautadamente, são lançados na parede para saber até que velocidade eles resistem ao choque. Uma teoria *resiste* ao teste experimental. A verificação padece sempre do mesmo mal: o problema da indução. Não se chega a nada de confiável, não se pode simplesmente verificar uma teoria empiricamente, pois a indução sempre esbarra no infinito de casos particulares. Ao passo que a tentativa de falsoamento faria poder ver, se não a verdadeira, pelo menos a mais confiável – tal como faz poder ver os carros mais seguros.

E é dessa forma, aliás, que Popper monta sua campanha eleitoral (trata-se de convencer os colegas científicos de se estabelecer um acordo sobre o que é ou não ciência). O método justificar-se-a nele mesmo, na medida em que se pode testá-lo e compará-lo a outros testes para saber que critério é o mais seguro. Depois disso, resta fazer as filigranas da jurisdição, seguindo esse princípio geral, operacionalizando-o. A sua forma geral é bem conhecida, e habita dez entre dez manuais de metodologia

científica: um sistema no qual se propõe uma teoria e tenta-se refutá-la. Se ela sobreviver, corrobora-se. Jamais, no entanto, a conjectura deixaria de ser conjectura. Ela não pode ter valor de verdade. Nenhuma conjectura é sagrada para o cientista, ela é sempre exposta a testes.

Esse fica sendo o passaporte, aliás, que permite a uma ideia sua entrada no campo científico: ali só entram ideias que se expõem à refutação. Ou seja, apenas ideias que se possa jogar fora depois, com as quais não se tenha comprometimentos, ideias que possam ser trabalhadas sem que o cientista nada tenha a ver com isso. É preciso manter-se isento diante do trabalho científico.

Sob a pena de Popper (mas não só dele), a ciência traz em si essa marca, a de um radical não comprometimento, isenção, imparcialidade, distância. Ela não tem ética, não tem opinião, não tem nada a dizer sobre coisa alguma a não ser as pequenas fórmulas que extrai de seus procedimentos. Ela fala sobre o que um olho suposto totalmente desinteressado na questão tem a dizer. É burocrática, olha, anota, muda, anota de novo, faz as contas, repete tudo. A vida de laboratório é árida, cansativa e entediante, assim como qualquer leitura científica que não seja de divulgação. O cientista não abre a boca sobre nada sem deixar, no mesmo momento, de ser cientista. Esse é um escriba apenas: anota o que se passa, sem nisso tomar parte.

O que quer a metodologia de Popper? Que efeito se espera dela? Que não nos apeguemos às teorias. Elas estão (idealmente) sempre expostas à refutação, não há teoria sagrada. Não há, aliás, nem mesmo teoria a ser defendida. Popper não defende teorias, mas as ataca, as submete às piores condições. A única defesa da teoria deve ser *suportar os ataques*. Isso coloca a crítica como coisa fundamental em ciência, ao mesmo passo que faz a ciência expulsar de seu campo qualquer implicação do cientista com seu experimento.

Se isso se faz por via de controle experimental, garantindo certa pureza do dado, que deve permanecer alheio ao desejo do cientista, isso também se faz pela desqualificação da própria coisa que se quer excluir. O credo do cientista deve sim ser expurgado do ambiente experimental, mas se a inspiração para o experimento veio de alguma via religiosa? Popper declara que isso pouco importa. O método exige que se expurge qualquer intenção ou inspiração da formulação da hipótese. O filtro metodológico seria a garantia da pureza da experiência e do dado por ela produzido, pouco importando de onde o cientista buscou sua hipótese. Essa, venha da religião ou da ciência, ou mesmo do desejo do cientista, é sempre apenas uma hipótese, uma conjectura, que cabe ao experimento, e não ao cientista, refutar ou corroborar. O cientista está totalmente isento, imparcial, o método experimental servindo de garantia para a sua própria imparcialidade. O dado não é mais responsabilidade dele, mas do método.

A isenção científica, com a retirada do desejo do cientista do experimento, continua tão somente um esquema geral: livrar-se de “variáveis estranhas”. Trata-se de uma purificação: deve restar apenas o dado, nada mais que ele, puro e cristalino.

Neutralidade

A psicanálise bebeu, e muito, na fonte da inspiração científica. A formação de homem de laboratório de Freud deixou marcas profundas em seu espírito. O conselho que tomou de Claude Bernard: “Travaillez comme une bête” (Freud, 1900/1980, p. 558), e que carregou para o resto da vida, o testemunha.

A ciência é inspiração (não única, mas certamente marcante) para o que define a psicanálise enquanto atividade clínica: as técnicas de associação livre e escuta flutuante requerem de analista e analisando a mesma postura quase burocrática. A postura de alguém que vai num consultório com determinada frequência, comunicar ao analista o que quer que lhe passe na mente, tal como o cientista anota pacientemente os dados do experimento. Nada de surpreendente se admitirmos que Freud sempre quis fazer ciência e ser aceito como um cientista.

Só que nisso abre-se um desfiladeiro. Pois o que se concluirá na psicanálise é que *tudo* o que for dito é da ordem do conhecimento de um sintoma (Magno, 2000, 2003). Se não, não haveria sentido de dizer o que vem à mente. Diga o paciente que estamos errados, que “não é isso”, e o acusaremos de resistência e denegação.

Popper fez grandes críticas à psicanálise por conta disso. A psicanálise pensa de forma irrefutável: ou bem acredito que há inconsciente, ou bem resisto a ele, e portanto ele há, e portanto o psicanalista ganha com a cara e a coroa. Popper não deixa Freud passar pela alfândega da ciência. Ele não tem o passaporte da refutabilidade (Popper, 1985).

Freud responde mais ou menos assim: que não é só o “não” do paciente que está sob suspeita aqui. Seu “sim” também está (Freud, 1925/1980, 1937/1980). Era como se apresentava o Homem dos Lobos no momento em que Freud lhe dá o ultimato. Aceitava tudo o que Freud dizia, era totalmente crédulo da teoria psicanalítica. Forma, aliás, de fugir dela, pois a aceitação vinha sem o menor efeito na vida do paciente (Freud, 1918/1980).

A aceitação pode ser a maior resistência. Aliás, a psicanálise, uma vez aceita, vira sintoma. Ela só serve na comoção do seu acontecimento. A aderência à psicanálise não pode ser pensada por outra via que não a da neurose de transferência, ou seja, ela leva em conta, desde já, que há um inarredável fundo sintomático em qualquer aderência à psicanálise. Assim, todo acordo do tipo que Popper quer fazer na ciência é impensável

em termos psicanalíticos. Ao passo que na ciência é preciso extirpar o desejo do cientista de toda consideração, purificá-la dessa variável estranha, na psicanálise é preciso perguntar sobre o desejo do analista e do analisando, colocá-los em consideração.

O ambiente psicanalítico é sempre sujo, necessariamente sujo, oposto ao ambiente purificado do laboratório científico. Nossa material, aliás, é em boa parte o próprio lixo que a ciência tratou de expurgar de si – o que Lacan (1965/1998) nomeia como sujeito da ciência. Dizemos “em boa parte” porque não queremos deixar de fora outros lixos: religiosos, filosóficos, familiares, de tradições as mais diversas, e inclusive psicanalíticos. Todos eles emergem no dito do paciente, e todos eles devem ser considerados. Para isso serve a neutralidade clínica, para que possa considerar o que quer que seja, o que se julga inútil, o que atrapalha, o que se quer ver longe (ou não mais ver). Estar neutro quanto a isso não significa isentar-se do que quer que seja (é preciso prestar atenção no seu próprio lixo), nem isentar o lixo do seu cheiro fétido, mas sim poder aguentar a náusea em catar as coisas lá dentro. Tal postura é, devemos dizer, o oposto do recalque. Não há nada que não possa, não deva ou não precise ser colocado em consideração.

É daí que decorrem as regras de associação livre e escuta flutuante, ou seja, a posição *neutra* do analista que, como dizíamos acima, podemos à primeira vista fazer decorrer de uma inspiração científica. Tais regras promulgam simplesmente que tudo o que vier à mente deve ser considerado. Não há nada que deva ser selecionado ou lapidado, o material deve ser comunicado em estado bruto. Quando promulga as regras de ouro, associação livre e escuta flutuante, Freud deixa claro a seu suposto analisando que ele deve agir no sentido de nada desprezar. Tudo o que passar na mente do analisando deve ser comunicado, ao mesmo passo que tudo que passar na mente do analista deve ser considerado (Freud, 1912/19080, 1913/1980). Qualquer espaço de salvaguarda (seja por sacralidade, seja por desconsideração) fica como posto de resistência, para o qual foge toda a ralé da cidade, segundo a metáfora (Freud, 1913/1980, pp. 178-179). Fazer qualquer espécie de limite na clínica não quer dizer absolutamente que o inconsciente irá respeitá-lo. O próprio do inconsciente, aliás, é não aceitar qualquer limite (não há “não”, não há registro de morte, de castração, enfim, de qualquer coisa que possa ser apontada como limite, cf. Freud, 1915/1980). Tanto que há transferência, o que não quer dizer outra coisa senão que a neurose toma o próprio espaço da sua cura.

Se por um lado a clínica demanda essa isenção impossível, marcada na ordem de *tudo dizer*, interessamo-nos também pelo efeito à primeira vista inconveniente da resistência. O mecanismo, assim, é feito (também) para dar errado, é feito para descobrir onde a bela indiferença histérica se quebra, onde o sujeito começa a repetir sem falar. A ideia de neutralidade

em psicanálise serve em grande parte para saber aonde não se é neutro. Impossível construir um campo, na psicanálise, no qual a neutralidade seja garantida, no qual aqueles que participam fiquem de fato *isentos*: há sempre o rabo preso, há sempre uma mesquinharia, há sempre algo que se quer ali, e isso já coloca uma quantidade enorme de sujeira dentro do campo, fazendo a neutralidade analítica colocar-se não como um método desenhável dentro de certos limites que podemos cuidar para que não sejam invadidos, mas sim como uma postura, um desejo: queremos muito a neutralidade, e isso já é um comprometimento feroz.

A neutralidade clínica de Freud teve suas leituras científicas, e foi necessário a Lacan colocar em questão quanto a isso o desejo do analista, primeiro apontando certa purificação do desejo (Lacan, 1960-1961/1992), ainda que não pautada no cientificismo, para depois perguntar-se sobre o desejo de Freud – questão tão grave que detonou sua expulsão da IPA (Lacan, 1963-1964/1988, 1963/2005). Quanto a isso, talvez o melhor posicionamento seja o mais antigo, aquele sonhado por Freud (1900/1980) e sublinhado pelo ainda jovem Lacan do Seminário 2 (1954-1955/1995): a seringa, aquela da injeção que Freud sonha ter aplicado em Irma, estava e sempre estará irremediavelmente suja.

Exemption of science, neutrality of psychoanalysis

Abstract: This article discusses the relations between psychoanalysis and science, with special attention on their investigation and working methods. For that, we take as object the notion of neutrality, as we can apprehend on the psychoanalytical clinics, to confront it with what we'll call exemption on science's field, that doesn't mean other than the neutrality proposed there. We'll see that, despite the clear heritage of the psychoanalytical notion to the one from science, the clinical neutrality of psychoanalysis takes another route, one that can be even opposed to the sense of the term in science. While in science the term means a process of purification and selection, in psychoanalysis it arises as a requirement of nothing select.

Keywords: Psychoanalysis. Science. Neutrality. Method.

Exemption de la science, neutralité de la psychanalyse

Résumé: Cet article discute les rapports entre la psychanalyse et la science, avec une attention particulière par ces méthodes d'investigation. Pour ça, on prends la notion de neutralité, comme on peut lire à partir de la clinique psychanalytique, a fin de la confronter avec ce qu'on peut appeler d'exemption au champ scientifique, et qui ne veut dire autre chose que la neutralité qu'on se propose là. On vas voir que, malgré la claire filiation que de la notion psychanalytique par rapport à la notion scientifique, la neutralité clinique de la psychanalyse prends autre chemin, qui peut être même opposé au sens du terme chez la science. Si, à la science, le terme signifie un procès de purification et sélection, chez la psychanalyse il paraît comme une exigence de rien choisir.

Mot-clés: Psychanalyse. Science. Neutralité. Méthode.

Exención de la ciencia, neutralidad de la psicoanálisis

Resumen: El artículo discute las relaciones entre el psicoanálisis y la ciencia, con atención especial para los métodos de investigación y trabajo. Para tal, tomaremos como objeto la noción de neutralidad, como la aprehendemos en la clínica psicoanalítica, para confrontarla con lo que acá llamamos exención en el campo científico, lo que no es otra cosa que la neutralidad propuesta allá. Veremos que, a pesar de la clara filiación que la noción psicoanalítica presenta por relación a la científica, la neutralidad del psicoanálisis toma otro rumbo, que puede ser mismo el opuesto del sentido científico del término. Mientras que en la ciencia el término significa un proceso de purificación y selección, en psicoanálisis surge como exigencia de nada seleccionar.

Palabras clave: Psicoanálisis. Ciencia. Neutralidad. Método.

Referências

Freud, S. (1980). A interpretação dos sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vols. 4-5). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)

Freud, S. (1980). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund*

Freud (Vol. 12, pp. 149-163). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912)

Freud, S. (1980). Sobre o início do tratamento. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 164-192). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913)

Freud, S. (1980). História do Movimento Psicanalítico. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 16-88). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)

Freud, S. (1980). O inconsciente. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 14, pp. 191-252). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915)

Freud, S. (1980). História de uma neurose infantil. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 17, pp. 19-152). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1918)

Freud, S. (1980). A negação. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19, pp. 19-152). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1925)

Freud, S. (1980). Construções em análise. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 23, pp. 291-308). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1937)

Lacan, J. (1998). A ciência e a verdade. *Escritos* (pp. 869-892). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1965)

Lacan, J. (1988). *O seminário. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1963-1964)

Lacan, J. (1995). *O seminário. Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1954-1955)

Lacan, J. (1992). *O seminário. Livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1960-1961)

Lacan, J. (2005). Introdução aos Nomes-do-Pai. In J. Lacan, *Nomes-do-Pai* (pp. 55-87). Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1963)

Magno, M. D. (2000). Respostas a perguntas (ou melhor, perguntas sem respostas). In R. Araújo & A. Alonso (Orgs.), *O futuro da psicanálise* (pp. 333-342). Rio de Janeiro: Marca d'Água.

Magno, M. D. (2003). *Revirão 2000/2001*. Rio de Janeiro: NOVAMENTE.

Popper, K. (1975). A lógica da investigação científica. *Os Pensadores*, vol. XLIV, pp. 263-384. São Paulo: Abril. (Trabalho original publicado em 1934)

Popper, K. (1985). *Realismo Y el objetivo de la ciencia (post scriptum a la lógica de la investigación científica)* (Vol. 1, pp. 203-214). Madrid: Editorial Tecnos.

Daniel Menezes Coelho, psicanalista, professor adjunto II no Departamento de Psicologia e no Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia Social na Universidade Federal de Sergipe. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica (UFRJ). Endereço para correspondência: Rua Riachuelo, 844, Edifício Jorge Neto, ap. 903, São José, CEP: 49015-160. Aracaju, SE, Brasil. Endereço eletrônico: daniel7377@gmail.com

Recebido: 08/06/2011

Aceito: 15/02/2012